



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SILVIO CESAR DIAS DE ARAUJO

**BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS
COMO UMA NOVA FORMA DE RELAÇÃO FINANCEIRA**

SALVADOR

2010

SILVIO CESAR DIAS DE ARAUJO

**BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS
COMO UMA NOVA FORMA DE RELAÇÃO FINANCEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof.^a Gilca Garcia de Oliveira

SALVADOR

2010

SILVIO CESAR DIAS DE ARAUJO

**BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS
COMO UMA NOVA FORMA DE RELAÇÃO FINANCEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em:/...../.....

Orientador: _____

Prof.^a Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. José Murilo Philigret Baptista
Faculdade de Economia da UFBA

Prof.^a Elaine Figueira Norberto Silva
Instituto de Humanidades, Artes & Ciências
Professor Milton Santos – IHAC / UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, por todo o apoio e confiança creditados, por todos os investimentos, ensinamentos e exemplos que me foram fornecidos.

Aos meus colegas de curso, que sempre se mostram solícitos e interessados nas minhas atividades acadêmicas.

À minha orientadora, Prof. Gilca Oliveira, por ter acreditado no meu trabalho e por todo o incentivo.

À Gabriela Orrico, por toda atenção e carinho.

Aos amigos do MSQ e LL, por todo companheirismo e amizade.

À todos os incentivadores da EPS que compartilham os seus conhecimentos e, também, a todos os interessados no tema.

RESUMO

Este trabalho tem como área de estudo a Economia Popular e Solidária, destacando-se após os anos 80, e suas potencialidades. Busca conceituar e apresentar os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e as Moedas Sociais através da relação com os Bancos Comerciais e a Moeda Nacional, sinalizando as diferenças sociais e operacionais entre os mesmos, a relação com a sociedade, os serviços prestados e suas conseqüências para o desenvolvimento local. Neste sentido, apresenta os BCDs brasileiros, identificados até 2007, e o seu papel como uma alternativa de inclusão bancária. Assim como as moedas sociais que, com base no seu ciclo fechado e a sua função, se apresentam como uma forma de resgatar o dinheiro enquanto instituição social completa.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Moeda Social. Economia Solidária.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução do número de Empreendimentos de Economia Solidária, por regiões, 1981 a 2007.....	19
Gráfico 2 – Empreendimentos de Economia Solidária, Brasil e Regiões, 2009.....	19
Quadro 2 – Linhas de crédito oferecidas pelo Banco Palmas.....	53
Figura 1: Moeda Social Palmas.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos Empreendimentos de Economia Solidária, Regiões e Brasil, 1900 a 2007.....	18
Tabela 2 – Empreendimentos de Economia Solidária por Área de Atuação, Brasil, Regiões e Unidades da Federação, 2005 a 2007.....	22
Tabela 3 – Segmentos dos Empreendimentos de Economia Solidária, Brasil e Regiões, 2007.....	23
Tabela 4 - Origem dos recursos, Brasil e Regiões, 2007.....	24
Tabela 5 – Número de EES por faturamento mensal, Brasil e Regiões, 2007.....	25
Tabela 6 – Evolução das instituições bancárias por segmento, Brasil, 2007 – 2010.....	45
Tabela 7 – Instituições bancárias por região, 2010.....	46
Tabela 8 – Número de agências bancárias por estado dos quatro grandes bancos nacionais, Brasil, 2010.....	47
Tabela 9 – Principais instituições, número de agências e taxas e valores de serviços, Brasil, 2010.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	12
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	12
2.2	CONCEITUAÇÕES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	14
2.3	EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	16
2.4	BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS	26
2.4.1	Banco Comunitário de Desenvolvimento	27
2.4.2	Moeda Social	32
2.4.2.1	Características, formas e funções	33
2.4.2.2	Oferta e demanda	34
3.	BANCOS E MOEDAS	37
3.1	TIPOS DE BANCO	37
3.2	DECISÕES DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS	40
3.3	MOEDAS	40
3.3.1	Características, Formas e Funções	41
3.4	OFERTA E DEMANDA DE MOEDA	42
4	BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO e MOEDA SOCIAL versus BANCOS COMERCIAIS e MOEDA NACIONAL	44
4.1	BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO VERSUS BANCOS COMERCIAIS	44
4.2	MOEDAS SOCIAIS X MOEDA NACIONAL	54

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A sociedade, historicamente, sempre viveu da exploração. Inicialmente, a natureza. Depois, com a necessidade da ampliação do consumo, de outros seres e de seus semelhantes. Essa mesma exploração, algumas vezes questionada, hoje, é legitimada através de leis nacionais que permitem a troca desigual de força de trabalho por dinheiro, e este, movimenta a economia.

Desde o início dessa relação, foi possível verificar a existência de classes, daqueles que possuíam capital para investir e aqueles que possuíam apenas a mão-de-obra para vender. E, ao longo desse processo pode-se perceber que essa relação de capital x trabalho continha um desequilíbrio de interesses, com a balança sempre tendendo favoravelmente ao dono do capital.

Como consequência dessa relação, e por fatores alheios a ela, houveram diversas crises, a nível mundial, que propiciaram a busca por melhores condições aos assalariados e, assim, foram se formando os grandes centros urbanos e as suas periferias, onde se abrigavam trabalhadores e aqueles que dispunham de poucos recursos para consumir e ou produzir.

A dificuldade histórica enfrentada pela mão-de-obra, para o consumo e o acesso ao crédito, permanece até hoje. E é nesse ponto que a busca de uma economia mais social surge, buscando meios para a inserção dos marginalizados ao mundo neoliberal.

A economia solidária parte do princípio básico de cooperação e esse se torna o principal elo na comunidade que, por sua vez, é formada por consumidores e produtores, ou seja, essa modalidade de economia se preocupa e foca seus esforços de pesquisas em meios alternativos para o incentivo em crescimento e desenvolvimento socioeconômico de bairros ou comunidades com dificuldade de acesso aos meios de produção e de consumo.

O acesso ao crédito é uma das principais dificuldades de inserção dos pequenos produtores descapitalizados no mercado. Por esse motivo, a Economia Popular e Solidária (EPS) canaliza seus esforços em alternativas a nível local, baseadas em experiências existentes no mundo para atingir seus objetivos. E como resultado, para driblar essa dificuldade, foram criados os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e as Moedas Sociais.

O BCD surge geralmente no seio de uma comunidade e, a sua área de atuação depende dos envolvidos, podendo atuar apenas na comunidade e, em alguns casos, alguns bairros. O objetivo da atuação desse tipo de banco é possibilitar o crescimento e o desenvolvimento local a partir da facilitação do acesso ao crédito.

O mecanismo mais comum para estimular a atividade comercial dentro de uma localidade, que atue com os princípios da EPS, é a chamada Moeda Social. Esse tipo de moeda possui como objetivo precípua facilitar as relações de trocas comerciais baseada na fidelização dos seus usuários, estimulando a sua utilização, sempre que possível, elevando o consumo dentro da localidade em que circula.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a evolução histórica da EPS no Brasil, vista através da ótica das possibilidades propiciadas pelos BCD e o papel da Moeda Social nesse processo. Para tal, tem-se esta breve introdução ao tema, buscando evidenciar a motivação para o interesse pessoal no assunto a ser trabalhado e breve apresentação sobre o tema abordado. No capítulo seguinte, fez-se uma discussão sobre os aspectos históricos dessa economia, bem como a sua caracterização, e a apresentação do Banco Comunitário e a Moeda Social. Posteriormente, foram apresentadas as estruturas do sistema bancário nacional e a moeda nacional. No quarto capítulo comparam-se as estruturas financeiras tradicionais e populares buscando as vantagens destas para as classes populares. Tem-se, enfim as considerações finais deste estudo.

2 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Após a revolução industrial, com o advento das máquinas substituindo a mão-de-obra, muitos artesões se viram forçados a se tornar assalariados nas indústrias que se estabeleciam nesse período. Dessa forma, devido ao grande exército industrial de reserva disponível no período, os capitalistas puderam pagar baixos salários aos trabalhadores, contratar crianças, ditar cargas horárias de trabalhos subumanas e outras atrocidades em nome da expansão da margem de lucro. Tudo isso num contexto de organização industrial que condizia com a inserção do modelo capitalista de produção, onde a redução dos custos de produção e a expansão do mercado eram consideradas metas básicas para a maximização do lucro. É nesse contexto que surge a figura do industrial britânico Robert Owen, um dos pais da economia solidária.

Owen percebeu que havia algo de errado na forma como os capitalistas da época exploravam a mão-de-obra empregada. A situação a que os trabalhadores estavam expostos também chamou a atenção de outros empresários mais sensíveis às questões sociais. Porém, Owen ganhou destaque por mostrar que é possível expandir o campo de atuação da relação capital trabalho para além dos muros da indústria (SINGER, 2002).

As principais medidas adotadas por Owen foram: redução de carga horária, possibilitando maior descanso para a próxima jornada de trabalho, e a criação de uma escola para os filhos dos trabalhadores. Como consequência, houve aumento dos custos de produção. No entanto, como estas medidas promoveram ganho de produtividade, outros industriais tomaram conhecimento das suas propostas e buscaram conhecer suas práticas (SINGER, 2002).

Em 1815, com o fim da revolução francesa, a economia entrara em uma profunda depressão, motivando Owen a expandir a sua metodologia produtiva para o princípio de cooperativas, visando à aplicação desta ao nível nacional. Ainda de acordo com Singer (2002), a intenção principal era produzir e dividir entre a coletividade o produto, vendendo o excedente. Como a proposta iria de frente com os ideais do método de produção vigente, foi veemente negada pelo governo britânico.

Na França, nesse mesmo período, surgiram três pensadores, Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873) e Pierre Proudhon (1809-1865), que ajudaram a propagar a concepção sobre Economia Popular e Solidária (EPS). Estes autores eram denominados por Karl Marx de socialistas utópicos por elaborarem modelos de modo de produção sem que apresentassem uma formulação objetiva para transformar a sociedade na época.

Constatava-se a necessidade de um modelo alternativo ao sistema de produção capitalista vigente:

As pessoas estão desamparadas pelo Mercado, desprotegidas pelo Estado e desiludidas com as utopias tradicionais. Este campo é como um vulcão emergindo e explodindo, com forças muito grandes e caóticas, onde é mister ter muito cuidado, mesmo porque se trilha caminhos novos (...) (LISBOA, 2000, p. 51)

A proposta esbarra na utopia – termo geralmente usado como depreciador de todo o movimento da EPS – que foi e é necessária para a difusão deste modelo alternativo, com a propagação das experiências para além do limites da localidade na qual ela foi implementada:

(...) um dos principais desafios é o de gerar uma visão/utopia global (desafio utópico); caso contrário, se elas se prenderem ao localismo das pequenas soluções isoladas, entregar-se-á às forças neoliberais, o governo do mundo. (LISBOA, 2000, p. 51)

França Filho (2006) adverte que, diante da consagração do neoliberalismo, o capitalismo produziu – alicerçado na especulação financeira e na abertura de mercados dos países em desenvolvimento – uma massa de pobres e excluídos como jamais se viu. A desigualdade e a exclusão, marcas da nossa sociedade, estão muito bem expressas no sistema econômico mundial.

Neste sentido, Souza complementa que

Ao longo do tempo foram sendo construídas e consolidadas práticas econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas pautadas em valores e princípios que, diferentemente do Sistema Capitalista, fazem da solidariedade e da cooperação uma forma de resistência de trabalhadores. (SOUZA, 2005, p. 54)

É nesse contexto que nasce a EPS, em meio a críticas e utopias, mas com o desejo pela busca de medidas alternativas para a inclusão da população desprovida do capital no modelo de produção vigente.

2.2 CONCEITUAÇÕES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Passos (2007) considera três tipos de economias. A Economia mercantil, que é a própria constatação do mercado atual, constituindo-se no mercado auto-regulado baseado na questão utilitária para as trocas. A Economia não-mercantil, onde a tarefa de assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens pertence à redistribuição, cuja responsabilidade pertence ao Estado. E a Economia não-monetária, que se baseia na auto-produção e ajuda mutua, consolidando os laços locais.

Com isso, Passos (2007) concorda com a argumentação de França Filho no que diz respeito à peculiaridade da EPS,

Pensamos desta forma que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição (FRANÇA FILHO, 2007 *apud* PASSOS, 2007, p. 28).

De acordo com Kraychete (2007), o tema da economia solidária dá margem a várias controvérsias e ambigüidades, que proporcionam diversas indagações no que diz respeito a intenção desse novo modo de produção alternativo, começando pelo próprio nome, pois, existem várias denominações para definir o mesmo fenômeno.

É dentro do chamado Terceiro Setor que a Economia Popular e Solidária é confundida com a Economia Social e a Economia Popular. Dentre os termos apresentados existe um ponto em comum: todos se referem a um espaço de vida social e trabalho que não é nem Estado nem mercado (FRANÇA FILHO, 2002).

Dessa forma, o termo Terceiro Setor pode ser considerado como um setor da sociedade no qual atuam as organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou distribuição de bens e serviços públicos. Já a definição de Economia Solidária pode ser entendida como um movimento de renovação e atualização histórica da Economia Social. A Economia Popular se expressa através de iniciativas populares baseadas na solidariedade, que significam formas de sobrevivência e modos de organização coletivo-democráticos. (FRANÇA FILHO, 2002).

Alguns autores consideram que o movimento articulado não se trata apenas de Economia Popular ou Economia Solidária, admitindo uma ampliação conceitual para Economia Popular

e Solidária, que seria embasada na valorização do trabalho, na realização do Homem e da Mulher, na estabilidade social e ambientalmente sustentável. Sendo assim, o conceito desse novo termo merece ser analisado de forma separada.

Segundo Arroyo e Schuch (2006) pode se entender *Economia* como,

(...) o conjunto das atividades humanas sistêmicas que se relaciona com o desenvolvimento e a organização da sociedade para atender o conjunto das demandas humanas individuais e coletivas, envolvendo produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários, ou até idéias, artes e confissões religiosas. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 57)

No que diz respeito ao termo *Popular*, Arroyo e Schuch (2006) tratam de três significados, um deles que trata de uma parcela majoritária de despossuídos e excluídos de uma sociedade onde impera o modo de vida capitalista; um sentido ideológico; e aquele que remete a uma posição política de compromisso com segmentos populares.

Quando se observa o termo Economia Popular pode se perceber a presença de um sentido lógico, pois o popular assume a posição de um setor, o que desemboca em um novo conceito

Economia popular se caracteriza por atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. (KRAYCHETE, 2007, p. 16)

O termo *Solidária*, de acordo com Arroyo e Schuch (2006), exige uma compreensão no que tange a questão da coletividade sendo “(...) ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 61)”

Com essa caracterização do conceito, Arroyo e Schuch (2006) acreditam que toda a dinâmica da EPS foi incluída, estando presentes o caráter econômico, a população e o sentimento solidário.

Neste sentido a EPS pode ser apresentada como

(...) atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas (ou seja, nelas têm grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas) e, muitas vezes, realizadas por grupos de mulheres (eis a perspectiva de gênero na EPS), não motivadas pela idéia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente), não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagindo com o

mesmo) e a controles burocráticos, por meio dos quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto-sustentável (sem depender das redes de filantropia). (LISBOA, 2000, p. 54)

No entanto, não se pode deixar de considerar o grande desafio desta proposta

Imaginar a substituição da economia de mercado por uma nova Economia Solidária significa desconhecer a heterogeneidade imanente a ambas, a ambivalência dos fatos históricos que abrigam e, de forma preocupante, as margens de liberdade que, se no mercado foram refreadas pelo capitalismo, no âmbito das experiências solidárias é por certo desejável que se preservem e se ampliem. (GAIGER, 2003 *apud* PASSOS, 2007, p. 29).

Singer (2002, p.10) retrata como sendo “(...) um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

2.3 EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O Brasil, assim como vários outros países, ficou exposto às conseqüências das políticas keynesianas e às crises que movimentaram a economia no período entre os anos 70 a 90. O crescente endividamento dos países desenvolvidos, devido a estas práticas, impulsionou os ideais neoliberais que foram difundidos nesse período (ARROYO; SCHUCH, 2006).

De acordo com Singer *apud* Leão, o Brasil passou, nos últimos anos, por uma série de mudanças orientadas pela adoção de uma agenda conservadora de ajustes econômicos e políticos. Tais ajustes, ao invés de contribuir para minimizar o quadro secular de disparidades sociais que caracteriza a sociedade brasileira, produziram um agravamento da exclusão social. Este autor relata que

Nesse contexto, uma série de alternativas de geração de trabalho e renda tem surgido. Com o aval de governos ou por iniciativa da sociedade civil, surgem diversas experiências de empreendimentos populares como cooperativas de produção, bancos do povo, lojas comunitárias etc. Não apenas no terreno das experiências praticas de autogestão e economia popular, mas também por meio da produção teórica e da assessoria técnica, parece haver uma tendência à expansão de um setor que alguns autores têm denominado economia solidária. (SINGER, 2000; SINGER; MACHADO, 2000; SINGER, 2001 *apud* LEÃO, 2003, p. 9)

A reação proposta pela população frente à exclusão social se deu inicialmente com a criação de cooperativas, como descreve Singer (2002). Conforme Arroyo e Schuch (2006), essa

forma de organização possibilitou a ampliação da temática criando diversas associações e grupos para o auxílio a implantações de novas modalidades de cooperativas solidárias.

As cooperativas que surgiam no Brasil após esse período conturbado da economia mundial, possuíam características de autogestão¹, diferentemente das cooperativas existentes até então² nas quais os gestores eram pessoas de fora da comunidade cooperada, geralmente assalariadas. De acordo com Leão, “As experiências dos empreendimentos autogestionários clarificam uma dimensão importante nos estudos sobre a relação entre trabalho e educação: a dimensão do local de trabalho como espaço de formação.” (LEÃO, 2003, p. 9)

Segundo Arroyo e Schuch (2006) além das cooperativas de consumo e produção, têm-se uma nova modalidade na qual algumas empresas, que faliram devido à crise, foram compradas por seus funcionários dando início as grandes cooperativas autogestionárias de trabalhadores. Leão (2003) complementa que neste contexto as experiências autogestionárias emergem como resposta à desestruturação do mercado de trabalho.

Como estes trabalhadores eram detentores do *know-how* necessário para produzir, não foi muito difícil se organizar e começar a produzir coletivamente (ARROYO; SCHUCH, 2006). Essa foi a maneira encontrada pelos trabalhadores de se protegerem da crise mundial, se tornando seus próprios patrões. Iniciativas como essa, possibilitaram a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), onde estão filiadas várias cooperativas, facilitando a troca de informação, possibilitando o crescimento das partes envolvidas (SINGER, 2002).

As universidades também tiveram um papel importante para a consolidação da economia popular e solidária no Brasil. Conforme Arroyo e Schuch (2006), a criação de uma comunicação mais estreita entre a faculdade e a comunidade propiciou a iniciativa de criação de incubadoras de cooperativas. Essa iniciativa permitiu maior difusão do conhecimento necessário em ambas as esferas, acadêmica e comunitária, para a consolidação deste modelo.

¹ A autogestão é definida por Singer (2002) como sendo uma administração democrática, com decisões tomadas por assembléias, onde os participantes podem ser os próprios trabalhadores ou delegados eleitos por eles.

² Estas cooperativas tinham como características serem heterogestionárias com administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo pra cima e as ordens e instruções de cima para baixo (SINGER, 2002).

No ano de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)³, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dirigida por Paul Singer. Essa iniciativa permitiu a criação e centralização das atividades relacionadas à economia popular e solidária com a criação de fóruns, encontros, revistas e do *site* (<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria>), que oferece informações sobre a temática no Brasil e no mundo, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

De acordo com a Tabela 1, nacionalmente, verifica-se a tendência de crescimento dos números de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Observa-se que, nos anos 90, os EES cresceram consideravelmente, 449,5% em relação ao ano anterior, passando de 1.903 para 8.554, confirmando a EPS como uma alternativa às conseqüências das políticas econômicas nacional. Este crescimento foi mantido, mas não a taxas tão elevadas, para o período de 2001 a 2007.

A região Nordeste se destaca em todos os períodos em número de criação de EES, porém, é importante ressaltar a evolução do Sudeste que, durante os dois últimos períodos, saiu da quarta colocação de região com maiores aberturas de EES, para o segundo lugar, perdendo apenas para a Região Nordeste.

Tabela 1 – Evolução dos Empreendimentos de Economia Solidária, Regiões e Brasil, 1900 a 2007

Região	1900 a	1951 a	1971 a	1981 a	1991 a	2001 a	Total
	1950	1970	1980	1990	2000	2007	
Norte	1	14	26	222	1.184	1.107	2.554
Nordeste	32	50	120	907	4.158	4.129	9.396
Centro-Oeste	1	3	36	186	830	1.123	2.179
Sudeste	13	31	39	293	1.073	2.434	3.883
Sul	18	41	43	295	1.309	1.860	3.566
Brasil	65	139	264	1.903	8.554	10.653	21.578

Fonte: Brasil, 2010 a.

³ A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, sendo instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 (<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>).

No Gráfico 1 observa-se que todas as regiões apresentaram crescimento no número de EES, com certa inflexão, com exceção da Região Sudeste. A Região Nordeste, historicamente, sempre possuiu maior número de empreendimentos desta natureza. As Regiões Centro Oeste e Norte tiveram tendência no comportamento bastante semelhante, em todo o período de análise, porém na Região Norte verifica-se maior número de EES. A Região Sul, até o período referente a 1991 até 2000, foi a segunda região em números de EES, porém, verifica-se a perda dessa posição para a Região Sudeste.

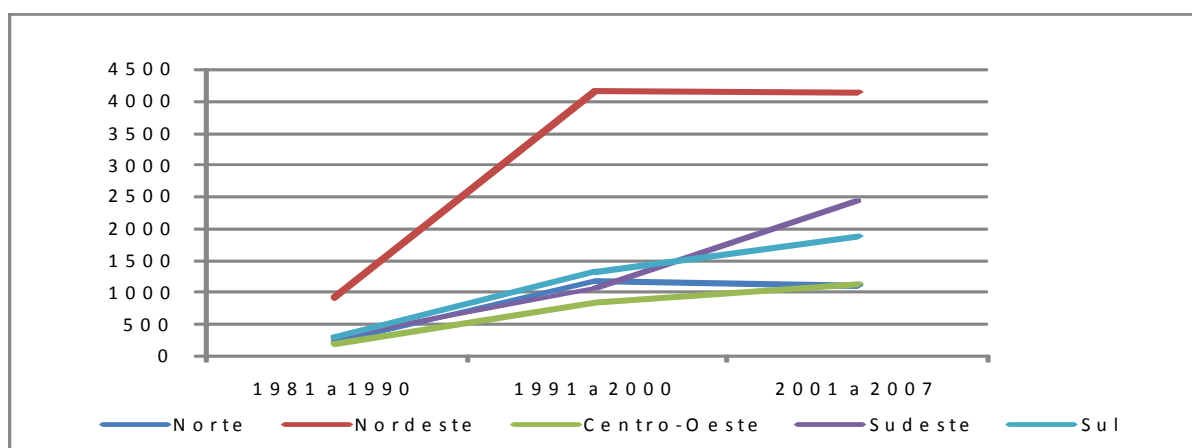


Gráfico 1 - Evolução do número de Empreendimentos de Economia Solidária, por regiões, 1981 a 2007

Fonte: Brasil, 2010 a.

De acordo com SENAES, no ano de 2009, foram identificados 21.859 EES, no Brasil, com destaque para a Região Nordeste, apresentando o maior número de empreendimentos dentre as demais regiões, conforme Gráfico 2.

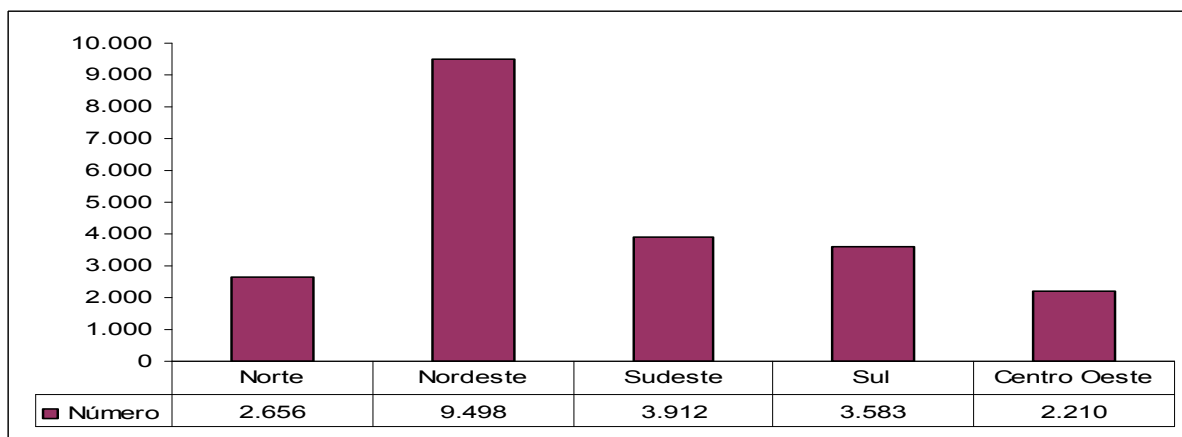


Gráfico 2 – Empreendimentos de Economia Solidária, Brasil e Regiões, 2009

Fonte: Brasil, 2010 a.

No ano de 2009, eram 9.498 EES no Nordeste, representando 43,45% do total nacional. A segunda região, foi a Sudeste, com 3.912, ou seja, 17,9% do total nacional, o que representa menos da metade nos empreendimentos nordestinos. A região com menor número de empreendimentos foi o Centro-Oeste, com apenas 2.210, cerca de 10,11% do total.

A EPS, de acordo com Brasil (2010 b), vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem crescido, com destaque para ações quanto ao banco do povo, ao empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, dentre outros. Fruto da conexão dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover trocas de experiências e o fortalecimento por buscas de políticas públicas de economia solidária.

A EPS que se conhece hoje, inserida no Brasil, pode ser observada como resultado do anseio por alternativas de inclusão social da parcela marginalizada da sociedade, tanto em caráter produtivo quanto na esfera do consumo, frente às sucessivas crises mundiais e as disparidades econômicas presentes.

No Brasil, o mapeamento da EPS foi realizado pela SENAES considerando todos os EES. De acordo com o mapeamento, estes empreendimentos foram caracterizados de acordo com as seguintes características:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.): cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes. Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído tendo definida sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

De acordo com pesquisa realizada pelo DIEESE (2008), com base nas características dos EES, de 2005 e 2007, pode-se observar, de acordo com três esferas de atuação que, na área rural havia o maior número de empreendimentos, cerca de 48,30% do total nacional, 10.513; na urbana eram 7.539 e; rural e urbana com 3.711 empreendimentos (Tabela 2).

A Região Nordeste destaca-se em empreendimentos rurais, pois possuía 5.941 (62,83%) de seus empreendimentos nesta área, sendo que, 56,51% de todos os empreendimentos do segmento rural do País encontram-se nesta Região. O estado do Ceará foi aquele que apresentou o maior número de EES do Nordeste com 1.333 (19,60%) e, representou 8,5% do total nacional. Enquanto que, as Regiões Sudeste e Sul apresentaram maiores números de EES na área urbana.

Quando se observa a nível estadual, o estado do Rio Grande do Sul se destaca, com 2.073 empreendimentos, o que representa 50,25% dos EES da Região Sul e 9,52% do total nacional. O estado do Amapá foi aquele com menor número de empreendimentos verificados, neste período, apenas 0,72% do total nacional.

Tabela 2 – Empreendimentos de Economia Solidária por Área de Atuação, Brasil, Regiões e Unidades da Federação, 2005 a 2007

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RURAL	URBANA	RURAL E URBANA	TOTAL
NORTE	1.355	782	512	2.649
Acre	376	114	51	541
Amapá	49	61	47	157
Amazonas	141	200	118	459
Pará	221	218	135	574
Rondônia	171	62	59	292
Roraima	43	51	32	126
Tocantins	354	76	70	500
NORDESTE	5.941	2.161	1.354	9.456
Alagoas	145	83	54	282
Bahia	1.044	252	315	1.611
Ceará	1.333	296	221	1.850
Maranhão	548	156	86	790
Paraíba	399	150	120	669
Pernambuco	909	420	196	1.525
Piauí	837	487	145	1.469
Rio Grande do Norte	564	161	90	815
Sergipe	162	156	127	445
SUDESTE	1.008	2.325	567	3.900
Espírito Santo	303	127	89	519
Minas Gerais	393	696	145	1.234
Rio de Janeiro	178	895	262	1.335
São Paulo	134	607	71	812
SUL	1.294	1.446	819	3.559
Paraná	264	379	163	806
Rio Grande do Sul	791	862	420	2.073
Santa Catarina	239	205	236	680
CENTRO-OESTE	915	825	459	2.199
Distrito Federal	18	311	57	386
Goiás	356	88	289	733
Mato Grosso	466	191	85	742
Mato Grosso do Sul	75	235	28	338
BRASIL	10.513	7.539	3.711	21.763

Fonte: DIEESE (2008).

A pesquisa da SENAES classificou os EES em quatro segmentos:

1 – Associações: registradas com natureza jurídica de associação.

2 – Cooperativas: registradas com natureza jurídica de cooperativa.

3 – Grupos informais: empreendimentos que não possuem registro legal ou formalização junto a órgãos públicos das três esferas de poder.

4 – Outros: como sociedades mercantis por cotas de responsabilidade limitada; sociedades mercantis em nome coletivo; sociedades mercantis de capital e indústria.

De acordo com essa classificação, verificou-se que no Brasil, predominavam as Associações, com 11.326 empreendimentos, representando 52,14% do total verificados, seguido pelos Grupos Informais, com 7.978, Cooperativas, apresentando-se com 2.115, e o segmento Outros com apenas 302 (Tabela 3).

Na categoria de maior representatividade, Associações, o Nordeste se destaca com 6.153 (54,33%) das experiências, enquanto que no de Grupos Informais, o segundo grupo de maior número de empreendimentos dessa natureza, também se destaca com 2.640 (33,09%) das experiências no segmento.

Tabela 3 – Segmentos dos Empreendimentos de Economia Solidária, Brasil e Regiões, 2007

Região	Associações	Grupos informais	Cooperativas	Outros	Total
Norte	1.616	681	253	68	2.618
Nordeste	6.153	2.640	586	70	9.449
Sudeste	1.144	2.265	429	51	3.889
Sul	1.158	1.649	669	86	3.562
Centro Oeste	1.255	743	178	27	2.203
Brasil	11.326	7.978	2.115	302	21.721

Fonte: Brasil, 2010 a.

Observa-se que a Região Sul, dentro do segmento Cooperativas, detém 31,63% do total dos empreendimentos, sendo a região que mais se destaca, assim como acontece no segmento Outros, cuja Região possui 28,48% do total.

O Gráfico 3 revela que, no ano de 2007, haviam 1.687.496 pessoas envolvidas em EES no Brasil. A Região Nordeste, representava 38,25% do total dos participantes, seguido de Sul com 32,14%, Norte com 11,60%, Sudeste com 10,5% e Centro Oeste com 7,25%.

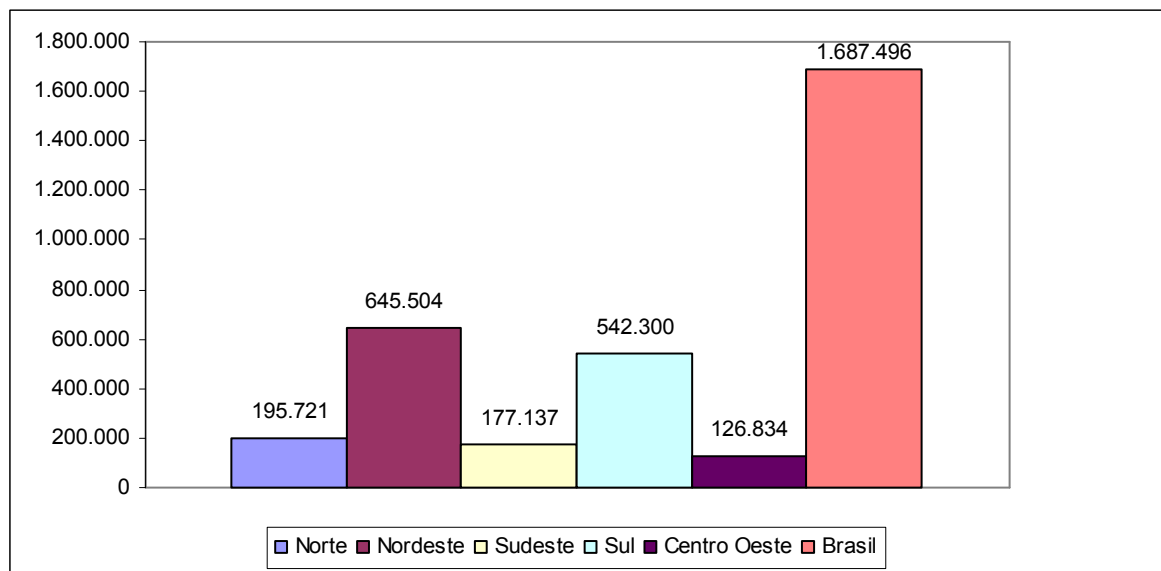


Gráfico 3 – Número de participantes envolvidos com EES, Brasil e Regiões, 2007

Fonte: Brasil, 2010 a.

São três as origens dos recursos que financiam os EES. A categoria Associados, cujos recursos são provenientes dos próprios membros participantes dos empreendimentos, a categoria Empréstimos, ofertados por programas de microcrédito produtivo para empreendimentos dessa natureza, e a terceira categoria Doações, que é fruto da ação do empresariado, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Origem dos recursos, Brasil e Regiões, 2007.

Região	Associados	Empréstimo(s)	Doações
Norte	2.000	184	335
Nordeste	5.415	1.434	736
Sudeste	2.269	311	1.050
Sul	1.959	447	2.109
Centro Oeste	1.517	235	325
Brasil	13.160	2.611	4.555

Fonte: Brasil, 2010 a.

Dos 20.326 EES identificados na pesquisa, 13.160, 64,74%, possuem como origem dos recursos os próprios Associados, já a categoria Doações é fonte de recurso para 4.555 (22,41%) dos empreendimentos, seguido de Empréstimos com 2.611 (12,84%).

Das regiões apresentadas na Tabela 4, é possível verificar que o Nordeste é a Região onde a fonte de recurso por meio de Empréstimos foi a mais presente, 54,92% do total do segmento. Esta região foi a única região que o volume de números de Doações como fonte de recurso não supera o do segmento Empréstimos.

No que diz respeito ao faturamento desses EES, com o auxílio da Tabela 5, pode-se verificar que tanto existem empreendimentos dessa natureza que não auferem renda mensal, quanto existem aqueles que movimentam mensalmente quantias superiores a R\$ 100.000,00.

Tabela 5 – Número de EES por faturamento mensal, Brasil e Regiões, 2007

Região	Sem Faturamento	Até R\$ 1.000	R\$ 1.001 a R\$ 5.000	R\$ 5.001 a R\$50.000	R\$ 50.001 a R\$ 100.000	Mais de R\$ 100.000
Norte	739	290	609	764	91	103
Nordeste	2.663	1.671	2.518	2.164	183	210
Sudeste	1.097	914	1.010	699	68	102
Sul	1.254	519	745	700	101	235
Centro Oeste	780	234	530	493	79	73
Brasil	6.754	3.465	5.370	3.812	548	755

Fonte: Brasil, 2010 a.

Dos segmentos apresentados, verifica-se que, no Brasil, no ano de 2007, predominaram EES sem faturamento mensal, representando 32,34% do total nacional. Neste segmento se destacou a região Nordeste com 39,43% do total.

No campo dos segmentos com faturamento, observa-se que a maioria dos EES auferem entre R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00, sendo estes 25,71% do total dos empreendimentos desta natureza. A região Nordeste representou 46,89% do total do segmento.

Dentre os EES com maior faturamento, representando apenas 3,62% do total nacional desse tipo de empreendimentos, diferentemente dos demais segmentos, não é a região Nordeste que se destaca. A região Sul é possuidora de 35,10% dos EES dos segmentos, já a região Nordeste possui 27,81% do total do segmento.

A pesquisa da SENAES para os EES permitiu verificar não apenas a classificação, mas também, o seu funcionamento, passando pela distribuição regional, segmentações, envolvidos, origem dos recursos e a quantidade de recursos movimentados por mês, expondo um panorama geral dos empreendimentos dessa natureza.

2.4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS

Com o surgimento da EPS, vários discursos e práticas vêm sendo construídos visando a democratização da economia. Alguns visam à democratização do sistema financeiro, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, enquanto outros discutem novos padrões de trocas econômicas. Algumas dessas práticas estão pautadas em mecanismos de reciprocidade e do voluntarismo, construindo um mercado e um sistema paralelos; outras são parte integrante do próprio sistema capitalista. De acordo com Passos (2007), ambas contribuem para o Desenvolvimento Regional Sustentável, atuando na dimensão econômica do desenvolvimento. Dentre essas práticas, estão situadas as Cooperativas de Crédito, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de Microcrédito, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), as Organizações de Comércio Justo e de Comércio Solidário, dentre outras.

Esse movimento fortaleceu o aparecimento das microfinanças que, de acordo com Passos (2007), representam um universo com diversas características próprias e complexas de experiências envolvendo operações financeiras de pequena monta, tendo o microcrédito como apenas um instrumento ou mecanismo para realização de tais operações. Complementa que o termo microcrédito, acaba por designar a oferta de crédito para a população de baixa renda e/ou excluída do sistema financeiro tradicional, por meio das políticas de gestão dos bancos, sendo este um dos produtos das microfinanças.

Para driblar a burocratização da economia e a dificuldade na inclusão social de algumas comunidades, com o auxílio da EPS, surgiram os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e as Moedas Sociais.

O BCD nasce na tentativa de suprir a falta de crédito dentro da comunidade e, posteriormente, assumindo a função de controle da oferta da Moeda Social. Características como gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante local apontam algumas particularidades desse tipo de organização (PASSOS, 2007).

Nesse sentido, a Moeda Social enquanto produto de um BCD, possui a característica da tentativa do resgate de alguns valores em prol do desenvolvimento da comunidade. De acordo com Soares

(...) o caráter social da moeda, (...) procura resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa, (...) interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida, imbricada no *modus operandi* de todo o sistema social. (SOARES, 2009. p.2)

Ações como essas, buscam o desenvolvimento e crescimento da comunidade ao qual estão inseridos e merecem destaque, dentro do assunto Bancos e Moedas.

2.4.1 Banco Comunitário de Desenvolvimento

O BCD pode ser definido “como serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005, p. 31).

O Grameen Bank, de acordo com França Filho (2006), criado em Bangladesh, em 1976, é considerado a experiência de BCD mais antiga baseada no Microcrédito conhecida internacionalmente. Sua metodologia inclui o aval solidário e a assessoria através de agentes de crédito, sendo a experiência que inaugurou o campo das Microfinanças. Tendo iniciado com o Microcrédito, o *Grameen Bank* expandiu seus serviços, oferecendo poupança popular, financiamento habitacional e educacional, seguros e cartão de crédito, entre outros.

Para além de uma experiência de Microfinanças, considera-se um grande marco na construção de um sistema financeiro alternativo, inspirando o surgimento de experiências similares na Ásia, América Latina e África

Dessa forma, a criação e implantação de BCDs, auxiliam o desenvolvimento das comunidades fornecendo os serviços bancários que não eram oferecidos pelos bancos

comerciais. Essa exclusão se dava pelo fato da comunidade, aos olhos dos grandes bancos, não fornecer possibilidades de auferir lucro com serviços financeiros, pois, a renda que circula nesses lugares é menor do que o esperado (USHIZIMA, 2010).

França Filho e Silva Júnior complementam sobre as ações do BCD que

(...) além do Microcrédito, o Banco Comunitário investe em diversas ações buscando movimentar recursos e “aquecer” a economia local, como moeda social circulante local, clubes de trocas, feiras, balcão de emprego, dentre outras. Assim, segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ele assume um destacado papel de promotor do desenvolvimento local e da organização comunitária, articulando produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 21)

De acordo com Melo Neto Segundo e Magalhães (2006), o objetivo de um BCD pode ser destacado como a promoção do desenvolvimento de territórios de baixa renda fomentando a criação de redes locais de produção e consumo, ou seja, o apoio a EPS e os seus empreendimentos. Os autores complementam que a estrutura de gestão é baseada em organizações de caráter comunitário, ou, em iniciativas da sociedade civil. Essa forma estrutural permite a coordenação de dentro da própria comunidade, com forte componente social.

O primeiro BCD implantado no Brasil foi o Banco Palmas, no conjunto Palmeira, Fortaleza/CE, em 1998, marcando o início das experiências no País e seu êxito tem influenciado as demais experiências. Ele tem sido o principal difusor do modelo de BCD, seus meios de divulgação vão de publicações a assessorias técnicas através do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária⁴. A idéia inicial do Instituto era replicar a experiência nos municípios do Ceará, proposta apoiada pelo governo do Estado. Em 2005, a SENAES firma parceria com o Instituto para a ampliação da divulgação da experiência, agora, a nível nacional (PASSOS, 2007).

A SENAES, em 2003, possibilitou a difusão do conhecimento sobre BCDs e favoreceu o fomento para criação de novos bancos que culminaram na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, abrindo a porta para o Banco Popular do Brasil⁵

⁴ Fundado em 2003 com o objetivo de fazer a gestão do conhecimento e difusão das práticas de Economia Popular e Solidária do Banco Palmas. (PASSOS, 2007, p. 53)

⁵ O Banco Popular do Brasil é uma subsidiária do Banco do Brasil voltada à oferta de serviços à população de menor renda. Seu público é formado por pessoas que ganham até três salários mínimos e que não têm nenhum

se integrar a rede, em 2006, visto que o assunto Microfinanças ganhava espaço na economia nacional (PASSOS, 2007).

Com a implantação desses primeiros bancos, suas características puderam ser ressaltadas. De acordo com Melo Neto Segundo e Magalhães (2006), é a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se gestora e proprietária do mesmo, geralmente atuam sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante. Essas linhas estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, o que promove o desenvolvimento endógeno do território, apoiando os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros). Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias e a sua sustentabilidade, em curto prazo, fundado-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Essas características reforçam o papel da comunidade no projeto, pois a mesma medida em que moradores são clientes do banco, também são seus donos, valorizando a existência do BCD e a manutenção das suas atividades. Melo Neto Segundo e Magalhães (2006, p. 15), que dessa forma “(...) a comunidade também vai cobrar, exigir resultados, dar “pitaco” de todo tipo na execução das atividades do banco, exercendo assim um controle social sobre o mesmo.”

A manutenção do BCD depende da captação de recursos públicos e de fundos solidários de investimento comunitário, o que reforça a necessidade da participação comunitária no projeto devido a existência do fundo ser baseado em doações dos moradores, em sua grande maioria, o restante do fundo é composto por cotização de associados, doação de pessoas físicas e

tipo de conta em outros bancos, principalmente do setor informal. Dentre seus produtos e serviços, tem-se: conta corrente simplificada, crédito de R\$ 50,00 a R\$ 600,00 com juros de 2% ao mês, além de pagamentos diversos, priorizando um atendimento rápido, pessoal e desburocratizado. (BITTENCOURT; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2005)

jurídicas e prestação de serviços mercantis não-concorrentes⁶, como trabalha França Filho (2004).

Melo Neto Segundo e Magalhães (2006) reforçam que o BCD assegura crédito para a comunidade de baixa renda sem burocracia, porém, existe a taxa de juros a ser paga por esse crédito; não se trata de uma doação. As modalidades de crédito ofertadas estão dentro do campo das Finanças Solidárias, o que não impede que atuem com créditos subsidiados.

Passos (2007, p. 64) complementa que “o Microcrédito disponibilizado pelo banco se destina a financiar consumo e produção, visando o desenvolvimento de um território específico”.

Arroyo e Shuch (2006) apresentam o microcrédito como alternativo as estruturas financeiras do país, que reafirmam os pobres como consequência da não participação desse sistema financeiro. Destacando o crédito, assim como Passos (2007), como instrumento estruturante de um novo modelo de desenvolvimento a partir da base da sociedade.

Dessa forma, de acordo com Barreto (2009), o cadastro dos clientes é realizado na base da confiança e praticamente não há inadimplência no setor, o que reforça o que representa o BCD na comunidade.

Nesse tipo de banco, a inadimplência acima de 60 dias é perto de zero, de acordo com Barreto, pôde-se verificar que

(...) em média, o atraso nas prestações não passa de 10 dias. Quem ficou devendo dá um jeito de arranjar dinheiro, pega emprestado com parentes para não ficar inadimplente com o banco e nem sujar o nome. Ele sabe que atrasar no banco é coisa séria, pois o dinheiro é da comunidade, é dele. Também o critério de cessão dos créditos é outro, proporcional à necessidade do tomador. Os critérios são definidos por agentes de crédito escolhidos pela comunidade. Não é porque o mundo está caindo que o banco vai negar o financiamento de R\$ 500 para o pipoqueiro que precisa comprar um novo carrinho para trabalhar. Se o dinheiro está mais curto e falta liquidez no mercado, ele terá preferência. (BARRETO, 2009, p. 2)

6 A atuação de um banco comunitário enquanto organização, que envolve os próprios moradores em um território na condição ao mesmo tempo de profissionais remunerados, gestores do empreendimento e usuários ou beneficiários diretos dos produtos ou serviços ofertados criam uma mais valia social no seu território. Este aspecto relevante vem somar-se ao fato de atuarem num campo de atividades cujas demandas não são satisfeitas (e dificilmente poderiam sê-la!!) nem pelo mercado, nem pelo Estado. Grande parte do público dos BCD é excluída entre os mais excluídos (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009).

O BCD, dessa forma, atua mais próximo da comunidade, pois, todos os envolvidos se vêem como participantes, ratificando e fazendo valer a importância do banco na esfera comunitária.

No que diz respeito ao público atendido pelo BCD, deve ser levado em conta a função do mesmo, sendo uma entidade de fomento a inclusão social, o público alvo do BCD se caracteriza inicialmente por pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social. Porém, a existência do banco também busca o desenvolvimento da comunidade, o que amplia a sua carteira de clientes para os microempreendedores, comerciantes, e outros mais.

Podem-se definir as modalidades de produtos e serviços oferecidos pelo BCD, de acordo com Melo Neto Segundo e Magalhães (2006), como Moeda Social circulante local; crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros (como Banco Popular do Brasil, CEF, etc.); crédito para financiamento de empreendimentos solidários; crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros; cartão de crédito popular e solidário; abertura e extrato de contra corrente; depósito em conta corrente; saque avulso ou com cartão magnético; recebimento de títulos; recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.) e; pagamento de benefícios.

Mesmo o BCD assegurando o crédito à população de baixa renda, sem a burocracia dos bancos comerciais, e de forma facilitada, não quer dizer que atue apenas com o foco no crédito. O BCD foca também o desenvolvimento da comunidade em que atua, pois não adianta possuir empreendedores locais, visto que não há grandes possibilidades de sucesso em uma comunidade que não cresce economicamente.

Os serviços prestados pelo BCD permitem que a comunidade ganhe destaque frente a sociedade pois, a implantação de um banco como esse depende da ousadia de cada comunidade. Na medida em que o projeto se firma e se torna visível, a mídia se faz presente auxiliando a divulgação da comunidade.

O que é preciso destacar nesse caso, é que o BCD mesmo com toda a capacidade criativa é limitado, devido à falta de um marco legal para as finanças solidárias, o BCD acaba atuando apenas como um correspondente bancário de bancos maiores, tornando os objetivos do banco da comunidade mais a longo prazo. Sendo assim, “(...) o processo é gradual e cumulativo, e

não se deve esperar um milagre socioeconômico” (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006, p .21)

As perspectivas de legalização observadas até 2009, de acordo com Praxedes (2009), estão dentro do campo da EPS como um todo, ou seja, sem o foco na moeda ou no BCD.

(...) há um importante acúmulo na identificação da agenda pública prioritária para a economia solidária, como o conseguido através da Lei Federal no 11.445/2007, que possibilita ao Poder Público “contratar coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas (...) reconhecidas pelo Poder Público (...). (PRAXEDES, 2009, p. 5)

Para que toda a proposta do BCD seja possível, é necessário aumentar o consumo da comunidade na própria comunidade, e isso é obtido através da criação das chamadas Moedas Sociais.

2.4.2 Moeda Social

Conforme Nunes (2009), a Moeda tem um papel fundamental nas relações de troca comerciais. É ela quem tem o poder de ser meio de troca, devido a sua aceitação geral na comunidade em que atua, reserva de valor por realizar acumulação do seu poder aquisitivo para utilizações futuras e unidade de conta sendo divisível e comparável entre produtos e serviços diferentes.

A função social da moeda pode ser verificada, de acordo com Soares (2009), através da própria caracterização do que seria a Moeda Social como sendo

(...) uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mutua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária. (SOARES, 2009, p. 1)

As primeiras formas paralelas de moeda observadas datam o século passado, no período da recessão de 29. O choque do Petróleo e a escassez de crédito nos anos 80 também impulsionaram essa idéia, pois, conforme complementa Nunes (2009), é nesse período que

surge uma gama significativa de moedas paralelas às nacionais, que atuam de forma complementar ao sistema.

Em uma escala internacional, países como Estados Unidos, França e Inglaterra foram pioneiros na busca por meios alternativos de comércio nesse tipo de rede política solidária da moeda. Algumas dessas experiências apresentaram notadamente casos em que o próprio Estado foi o emissor da moeda, entendidas aqui, como estratégias de sistema visando facilitar transações de bens, serviços e outras atividades comerciais, sendo assim, como mecanismo de fuga à situação econômica vigente, podendo-se dizer que “(...) a moeda foi recriada nestes espaços que aqui descrevemos com a incorporação da moeda com função social” (NUNES, 2009, p, 1).

Existem experiências de trocas com uso de moedas sociais na Argentina, Austrália, Japão, Estados Unidos, França (Paris, Yvelines, Périgeux e Vernier), Inglaterra, Bélgica (SodexoPass), País Basco (em Zarauz), Holanda, Tailândia (Bia Kud Chum) , Bolívia, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Honduras, El Salvador, Chile (Santiago e Val Paraíso), Bogotá, México. No Brasil tem-se experiências em São Paulo (Bônus), Rio de Janeiro (Tupi, Mirins e os Zumbis e os Curumins), Fortaleza (Palmares é a moeda do bairro que tem o mesmo nome), Goiás (Cristal e Prismas são as unidades e os centavos de Alto Paraíso), Florianópolis (Ecosol) e Porto Alegre (Tches e Arco-Íris são as duas moedas locais) (NUNES, 2009, p. 1).

2.4.2.1 Características, formas e funções

As experiências nacionais com as Moedas Sociais foram baseadas nos casos estrangeiros, conforme relata Soares (2009), visando estímulos econômicos às comunidades envolvidas sendo realizado através dos Bancos comunitários e dos clubes de trocas, este último se caracteriza como a união de pessoas que realizam a permuta de produtos e serviços entre si de forma multirecíproca.

Sabe-se que o primeiro grupo de trocas solidárias surgiu em 1983, em Vancouver no Canadá, com o núcleo *LETS (Local Exchange Trading System)* quando a comunidade local sofria com a recessão da indústria madeireira. Naquele período, quando os maiores empregadores

desapareceram e o poder aquisitivo da região caiu, houve incentivos para se inventar um sistema de trocas de alimentos para que fosse possível manter os níveis anteriores de qualidade de vida, como apresenta Nunes (2009).

As pessoas que vivem em comunidades, conforme Melo Neto Segundo e Magalhães (2006), geralmente gastam seu dinheiro fora dela, e deixam de consumir bens e serviços da sua própria localidade, ou seja, se os moradores pertencentes a essas comunidades passassem a consumir bens e serviços dentro da própria comunidade, o dinheiro circularia por mais tempo no bairro o que possibilitaria a expansão econômica e a própria autovalorização do bairro.

Elaborado o plano para o crescimento e desenvolvimento da comunidade, surge a principal dificuldade: como fazer com que os indivíduos consumam na própria comunidade? E é nesse contexto que, Melo Neto Segundo e Magalhães (2006) complementam, o lançamento da Moeda Social surge como alternativa, uma tentativa da comunidade com apoio dos bancos populares e bancos estatais, de fazer com que a população da comunidade, através de descontos na compra de produtos e serviços e outros tipos de privilégios (como o recebimento de parte do salário em moeda social), consumam na comunidade e assim desenvolva o meio em que vivem. Esta ação pode levar ao crescimento, inicialmente das condições de vida da própria comunidade, que se auto-excluía quando das escolhas de bens e serviços produzidos internamente e, posteriormente, do desenvolvimento econômico dos envolvidos.

2.4.2.2 Oferta e demanda

As moedas sociais são produzidas e gerenciadas pelos próprios usuários visando alternativas para o desenvolvimento comunitário e como forma de redistribuir riqueza, em vez de concentrá-la. A dificuldade de acesso ao crédito pode ser explicada, entre outros fatores, porque o Banco Central impede os bancos de emprestar a todos que solicitam crédito para comprar bens de consumo e de produção (CORDEL, 2009).

As principais formas de um consumidor ou produtor da comunidade conseguir acesso à moeda social circulante local, como apresenta Melo Neto Segundo e Magalhães (2006) são: por meio de empréstimos em moeda social no BCD, sem juros; prestando serviços para

pessoas da comunidade que tenham o circulante local e trocando reais por circulante local, diretamente, na sede do BCD.

Quando observada a oferta de moeda no mercado, Nunes (2009) revela que é o grupo que decide quanto de moeda deve estar em circulação, fazendo política monetária expansionista ou contracionista mediante a quantidade e velocidade das trocas. Na maioria dos grupos, observa-se que a moeda é transacionada sempre com o lastro único da unidade de horas de trabalho social do grupo, devendo todos os custos incorridos no mercado solidário, ou fora dele, ser convertidos em horas de trabalho. Enquanto que, outros grupos controlam a oferta de moeda de acordo com o mapeamento da oferta e demanda de trabalhos na comunidade. Logo, em sua maioria, as experiências não têm a moeda local como lastro, nem tampouco o dólar americano, sendo este lastro estabelecido pelo lado real do trabalho.

Na nossa comunidade não tem inflação, porque não há excesso de dinheiro na praça. Nós mapeamos a produção e a necessidade de consumo local. Se os moradores precisam de 800 sabonetes por mês, damos um incentivo para abrir a fábrica da Palmalimp, que vai produzir sob encomenda”, explica João Joaquim de Melo Segundo, coordenador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e do Instituto Banco Palmas. (BARRETO, 2009, p. 1)

A oferta e a demanda, segundo Melo Neto Segundo e Magalhães (2006), da forma como é acompanhada não subverte a lei da oferta e da procura, mas equilibra os pratos da balança. Essa ação foi denominada como lei da justa medida.

Cada qual passa a entender melhor o processo de feitura de cada produto e a valorizar mais os serviços oferecidos nestes espaços, por exemplo. Também podemos considerar outras ponderações que surgem na hora da formulação do preço, a exemplo de Paris. “Os preços são determinados de acordo com a qualidade das relações, das afinidades psicológicas e sociais...”. (LAACHER, 1999 *apud* NUNES, 2009, p. 3)

Nunes (2009) complementa que, pessoas antes excluídas do mercado convencional conseguem se firmar no mercado solidário, uma vez que, neste local, seu trabalho, conhecimento e aptidão são valorizados, pois, a demanda é aquecida com o fluxo da moeda circulando na comunidade, gerando, de maneira geral, uma espécie de distribuição de renda e riqueza, trabalhando a cidadania entre os membros.

O entesouramento da moeda fica prejudicado quando observado do ponto de vista da moeda social, pois, de acordo com Nunes (2009), ao afirmar que a imposição de juros sobre o

circulante é uma posição eminentemente política, com as moedas sociais e as trocas, isso é descartado. Desta forma, de nada adianta acumular moeda, o seu lado de reserva de valor é descartado e as pessoas são encorajadas à circulação. Caso isto não ocorra, poderia vir a inviabilizar ou afetar seriamente as trocas com intermediação das moedas sociais. Se houver mais moeda em circulação comparando-se com a oferta, o controle seria menos importante.

Sendo assim, é possível verificar semelhanças entre os Bancos Comerciais e os Comunitários de Desenvolvimento e as Moedas Nacionais e a Moeda Social, que possuem características em comum, porém, uma funcionalidade objetiva distinta.

3 BANCOS E MOEDAS

Os bancos estão presentes no dia-a-dia de grande parte da população, exercendo a intermediação financeira entre os agentes. As ações realizadas por estas instituições são regulamentadas e fiscalizadas, conforme suas especificidades, pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O SFN pode, então, ser definido como uma rede de mercados e instituições que tem por função transferir os fundos disponíveis dos poupadores, aqueles cuja renda é maior do que seus gastos, para investidores, aqueles cujas oportunidades de gastos são maiores do que sua renda. Este Sistema presta três serviços importantes aos poupadores e investidores: compartilhamento de risco, liquidez e informação (HILLBRECHT, 1999).

Dentro do SFN, o papel do BACEN, criado em 31 de dezembro de 1964, com a promulgação da Lei nº 4.595 e vinculado ao Ministério da Fazenda, é de atuar como órgão executivo central do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão máximo do SFN, exercendo a função de banco dos bancos. Anteriormente, a autoridade monetária era dividida entre a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil (BB) e o Tesouro Nacional.

O SFN é dividido em dois subsistemas. O primeiro, o Normativo, é composto por órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização do segundo subsistema, o de intermediação, que é composto por agentes especiais e as instituições de intermediação bancárias e não bancárias. As instituições de intermediação receberão maior destaque nos próximos subtópicos.

3.1 TIPOS DE BANCO

Conforme Lopes e Rossetti (1996) os bancos, dentro do SFN, são agentes de intermediação. Hillbrecht (1999) acrescenta como sendo instituições financeiras que aceitam depósitos de indivíduos e instituições e fazem empréstimos.

No mesmo subsistema, podem-se destacar quatro tipos de bancos: banco comercial e bancos múltiplos, como instituições bancárias, ou seja, que criam moeda; e os bancos de desenvolvimento e bancos de investimento, como instituições financeiras não bancárias.

De acordo com Lopes e Rossetti (1996), os bancos comerciais são considerados a base do sistema monetário, pois, possuem a faculdade de criar, sob o efeito multiplicador, a moeda escritural. Atuam basicamente em operações de curto e médio prazo, atendendo às necessidades de capital de giro do setor privado para atividades de produção e de comercialização. Atendem ainda às necessidades de pessoas físicas, momentaneamente em situação deficitária, por intermédio de operações de curto prazo. Prestam, também, serviços básicos de cobrança de títulos de crédito, execução de ordens de pagamento, arrecadação de impostos, taxas e contribuições previdenciárias, custódia de valores e recebimentos diversos, desconta de títulos, operações de abertura de crédito, simples ou em conta-corrente, operações especiais, inclusive de crédito rural, de câmbio e comércio internacional, obtenção de recursos junto a instituições oficiais, captação de depósitos a vista e a prazo fixo, obtenção de recursos no exterior, para repasse, efetuam operações acessórias ou de prestação de serviços, inclusive mediante convênio com outras instituições.

Os bancos múltiplos, segundo Lopes e Rossetti (1996), podem ser caracterizados como bancos atuantes em pelo menos dois dos segmentos do sistema de intermediação financeira, através de carteiras especiais, não havendo vinculação entre as fontes de recursos captados e as suas aplicações, como Carteira comercial, Carteira de investimento, Carteira de desenvolvimento, Carteira de crédito imobiliário e Carteira de crédito, financeiro e investimento.

Por definição, as caixas econômicas são instituições financeiras públicas, autônomas e que apresentam um claro objetivo social, executando atividades características dos bancos comerciais e múltiplos. A Caixa Econômica Federal (CEF) é o principal agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)⁷, atuando no financiamento da casa própria. A CEF também administra com exclusividade os serviços de loterias federais, arrecada o FGTS, e o

⁷ O SFH foi criado em 1964 e, com a extinção do BNH, a CEF se transformou no seu órgão executivo. Os recursos para o SFH são originados pelo FGTS, cadernetas de poupança e fundos próprios dos agentes financeiros.

monopólio das operações de penhor, que são empréstimos garantidos com bens de valor e alta liquidez como jóias, metais preciosos, pedras preciosas, e outros.

O Banco do Brasil (BB) é considerado como sociedade anônima de capital misto, controlada pela União. Já foi considerada uma autoridade monetária, atuando na emissão de moeda, porém, o privilégio foi revogado por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O BB possui atualmente três funções. A primeira é a de agente financeiro do governo federal, atuando na execução de sua política creditícia e financeira sob a supervisão do CMN. A segunda função é a de banco comercial, podendo exercer atividades próprias dessas instituições e a terceira função é a de banco de investimento e desenvolvimento, que serão analisadas no próximo parágrafo, financiando atividades rurais, industriais, comerciais e de serviços, além de fomentar a economia de diferentes regiões.

Os bancos de desenvolvimento, conforme apresentam Lopes e Rossetti (1996), são instituições financeiras administradas e controladas pelos governos estaduais, integrados ao sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). De conformidade com as normas operacionais em vigor, os autores complementam que, os bancos estaduais de desenvolvimento têm o objetivo precípuo de proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado onde tenha sede, cabendo-lhe apoiar, prioritariamente, o setor privado em atividades que visem ampliar a capacidade produtiva da economia, incentivar a melhoria da produtividade, assegurar melhor ordenação dos setores da economia regional e o saneamento de empresas e promover a incorporação e o desenvolvimento de tecnologia e de produção, o aperfeiçoamento gerencial, a formação e o aprimoramento de pessoal técnico, podendo, para este fim, patrocinar programas de assistência técnica, preferentemente através de empresas e entidades especializadas.

Os bancos de investimento, segundo Lopes e Rossetti (1996), foram criados para canalizar recursos de médio e longo prazo visando o suprimento de capital fixo ou de giro das empresas. Valendo-se de diversificadas possibilidades para a captação e repasse de recursos, de origem interna ou externa, esse tipo de banco surgiu da necessidade de ampliação do

sistema de intermediação a prazos mais dilatados, sobretudo para favorecer o processo de capitalização do sistema empresarial privado, agilizando e fortalecendo o processo de emissão e colocação de ações e debêntures e viabilizando operações diferenciadas, quanto aos prazos e montantes, das praticadas pelos bancos comerciais.

De acordo com definição dos bancos, existem atividades e funções diferentes sendo executados por essas instituições, o que caracteriza tipos de bancos diferentes.

3.2 DECISÕES DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS

De acordo com Costa (1999), as decisões de crédito (empréstimos) e de investimento estão diretamente ligadas ao risco especulativo, e por natureza, os agentes adotam posturas avessas ao risco.

A decisão do empréstimo, conforme o referido autor, é baseada no confronto entre risco do credor quanto à insuficiência da margem de garantia e o risco do devedor quanto à rentabilidade esperada. As variações cíclicas da economia atuam como fator multiplicador da incerteza, tanto para o credor como para o devedor, pois o grau de fragilidade financeira depende da capacidade do devedor em honrar seus compromissos. Sendo assim, a decisão do investimento não foge às regras do risco, ao contrário do empréstimo, o risco da decisão é responsabilidade do empresário que atua segundo o retorno esperado das suas próprias ações. Dessa forma a decisão do investimento produtivo é crucial para o empresário, pois, é a base a ampliação dos retornos esperados. As decisões de crédito por parte do banco e a de investimento por partes dos clientes revelam a relação existente entre os envolvidos.

3.3 MOEDAS

De acordo com Hillbrecht (1999), a moeda surge, com o advento do comércio, como meio facilitador de trocas, intermediando interesses diversos e centralizando os desejos de aquisições, ou seja, se caracteriza como “(...) tudo aquilo que as pessoas aceitam como pagamento por bens e serviços e como pagamento de dívidas” (HILBRECHT, 1999, p. 17)

3.3.1 Características, Formas e Funções

Conforme Lopes e Rossetti (1996), desde os estudos de Adam Smith sobre as características da moeda, é possível verificar que ela manteve algumas peculiaridades ao longo de todo o processo da sua evolução. As cinco características básicas são: indestrutibilidade e inalterabilidade, homogeneidade, divisibilidade, transferibilidade, facilidade de manuseio e transporte.

Indestrutibilidade e inalterabilidade, explicam-se no sentido do volume de trocas realizadas com a moeda. A moeda não pode perder valor com o passar do tempo e a sua deterioração ao longo dos processos mercantis, pois, isso implicaria negativamente nas suas funções. Quanto à homogeneidade, o referido autor argumenta que unidades monetárias distintas de igual valor, devem ser rigorosamente iguais no âmbito comercial, ou seja, a característica se faz importante, pelo fato de não poder haver distinção entre valor e moedas (LOPES; ROSSETTI, 1996).

A divisibilidade é apresentada como o poder que a moeda tem de se fracionar para realizar pagamentos, pois, segundo Lopes e Rossetti (1996), transações envolvendo valores pequenos poderiam ser prejudicadas caso não houvessem unidades fracionadas. A transferibilidade, ainda de acordo com Rossetti, seria a facilidade da moeda circular para várias transações, o que não seria possível se a moeda fosse única e exclusivamente de uso pessoal, pois, não poderia ser reutilizada em outra ação mercantil. Enquanto que a facilidade de manuseio e transporte se faz presente por propiciar a utilização regular da moeda.

Costa destaca que

(...) o dinheiro sempre foi criado pela sociedade como um todo, dependendo tanto de definição institucional (...) quanto de aceitação mercantil. A moeda nacional ou oficial é criação do Estado, mas necessita da aceitação da comunidade para tornar-se dinheiro. (COSTA, 1999, p. 34)

Neste sentido, Costa (1999) define algumas características funcionais do dinheiro baseadas na aceitação popular como: intermediária de trocas ou meio de circulação, medida de valor ou

denominador comum das relações de troca ou então unidade de conta de contratos, reserva de valor ou poder de compra entesourado, liberatória ou com o poder de saldar dívidas, liquidar débitos ou livrar de situação passiva e de padrão de pagamentos diferidos ou promessa de pagamentos.

Dessa maneira, a moeda sob a forma de dinheiro se faz presente na sociedade. Circulando de acordo com as suas características e funções, o dinheiro, permite a acentuação das relações sociais mercantis, que permitem a inclusão dos seus usuários.

3.4 OFERTA E DEMANDA DE MOEDA

A oferta de moeda pode ser interpretada de acordo com dois pontos de vistas distintos, segundo Lopes e Rossetti (1996); o primeiro, visão exogenista, apresenta a moeda como um elemento institucional subordinado ao controle das autoridades monetárias, e o segundo, a visão endogenista que, para alguns teóricos da economia monetária, significa que a oferta da moeda não se subordina necessariamente a controles centrais, sendo gerada pelas próprias necessidades da economia.

Dessa forma, a visão política nacional parte do ponto de vista exógeno, de acordo com Lopes e Rossetti (1996, p. 97) “(...) tornamos o seu controle uma atribuição restrita das autoridades monetárias, as quais administram a oferta da moeda como base da assim chamada política monetária”.

O BACEN é o responsável pela oferta monetária do país, a nível nacional a oferta de moeda depende do interesse dos rumos da política monetária.

A demanda por moeda geralmente é trabalhada de acordo com dois pontos de vista, de acordo com Costa (1999). Para os clássicos, as razões da demanda individual são consequência da falta de sincronização entre recebimentos e pagamentos, aliada à imprevisibilidade de certas despesas que, de acordo com Lopes e Rossetti (1996), conduzem a retenção de moeda pelos indivíduos. O modelo keynesiano, de acordo com Costa (1999), é apresentado como função de três motivos para que os agentes demandem moeda: transação, precaução e especulação.

Os agentes tendem a se planejar de acordo com o nível monetário em circulação. Nessas condições, a demanda está interligada com a oferta ditada pela política monetária nacional, o que acaba por definir metas de crescimento e desenvolvimento econômico.

4 BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO e MOEDA SOCIAL *versus* BANCOS COMERCIAIS e MOEDA NACIONAL

O crescimento econômico, tão desejado por todos os setores da sociedade, esbarra na divergência de como fazê-lo. De acordo com Toscano (2010), uns defendem a permanência da política macroeconômica neoliberal, elevando o poder competitivo de mercado, e outros defendem mudanças na política macroeconômica visando à ampliação da capacidade de investimentos do Estado, o que levaria a elevação do investimento privado, gerando ampliação da oferta de empregos.

Essas formas de pensamentos possuem similaridade em alguns aspectos, de acordo com Toscano

1. a solução via mercado é a única possível e traz consigo uma certa magia quando se imagina que o manejo de algumas poucas variáveis seja capaz de produzir efeitos previsíveis e desejados. Para os primeiros, um mercado sem ingerência do Estado; para os outros, um Estado exercendo papel importante no processo;
2. o sistema financeiro desempenha um papel fundamental, tão expressivo a ponto de as "entidades" se confundirem: "mercado" e "mercado financeiro" acabam por ser a mesma coisa. Nesse contexto, abandona-se aquela que, possivelmente, seria a reforma mais decisiva a qualquer projeto de crescimento: a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal que dispõe sobre as atividades das instituições financeiras. (TOSCANO, 2010, p. 1)

Dessa forma, é possível verificar que, levam-se em consideração apenas aqueles que estão inseridos nos mercados e, como a promoção do crescimento passa pelo SFN, o crédito torna-se um fator importante, assim como os Bancos responsáveis pela sua gestão.

Cabe, agora, observar como os BCDs e as Moedas Sociais inserem a população excluída no sistema bancário permitindo ações que promovam o desenvolvimento.

4.1 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO VERSUS BANCOS COMERCIAIS

De acordo com BACEN (2010), existem atualmente 2.323 instituições bancárias em atividade no país. Verifica-se que, houve uma redução no número de instituições, de dezembro de 2007 a abril de 2010, de 4,68% (Tabela 6).

Tabela 6 – Evolução das instituições bancárias por segmento, Brasil, 2007 - 2010

Segmento	Sigla	2007/Dez	2008/Dez	2009/Dez	2010/Abr
Banco Múltiplo	BM	135	140	139	138
Banco Comercial	BC	20	18	18	19
Banco de Desenvolvimento	BD	4	4	4	4
Caixa Econômica	CE	1	1	1	1
Banco de Investimento	BI	17	17	16	17
Banco de Câmbio	B Camb	-	-	-	1
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	SCFI	52	55	59	61
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	SCTVM	107	107	105	104
Sociedade Corretora de Câmbio	SCC	46	45	45	45
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	SDTVM	135	135	125	124
Sociedade de Arrendamento Mercantil	SAM	38	36	33	33
Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo	SCI e APE	18	16	16	15
Companhia Hipotecária	CH	6	6	6	6
Agência de Fomento	AG FOM	12	12	14	15
Sub Total		591	592	581	583
Cooperativa de Crédito	COOP	1.465	1.453	1.405	1.392
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	SCM	52	47	45	46
Sub Total		2.108	2.092	2.031	2.021
Sociedade Administradora de Consórcio	CONS	329	317	308	302
Total		2.437	2.409	2.339	2.323

Fonte: Banco Central, 2010

Dentre os segmentos das instituições apresentadas na Tabela 6, observa-se que apenas as Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento, os Bancos Múltiplos e as Agências de Fomento apresentaram crescimento no número de instituições em atividade no País, enquanto as demais ou mantiveram seus quantitativos constantes ou foram reduzidos.

As Cooperativas de Crédito representam quase a metade do total de instituições presentes no Brasil, ao longo do período apresentado. Isso ocorre porque as instituições bancárias comerciais atuam nacionalmente, enquanto as cooperativas de crédito são municipais ou bairristas, ou seja, a instituição bancária comercial possui vários pontos de atendimento, enquanto que a cooperativa de crédito atua apenas em uma pequena localidade.

De acordo com a Tabela 7, verifica-se a distribuição regional das instituições bancárias do Brasil.

Tabela 7 – Instituições bancárias por região, 2010

Instituições	Regiões					BRASIL
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Sudeste	
BM	1	11	3	15	108	138
BC	1	0	1	1	16	19
BD	0	0	0	1	3	4
CE	0	0	1	0	0	1
BI	0	0	0	1	16	17
Bco Camb	0	0	0	0	1	1
SCFI	0	3	1	22	35	61
SCTVM	0	9	1	10	84	104
SCC	1	3	0	6	35	45
SDTVM	0	4	1	9	110	124
SAM	0	0	1	4	28	33
SCI e APE	0	5	2	3	5	15
CH	0	1	0	0	5	6
Ag Fom	4	4	2	3	2	15
Sub Total	7	40	13	75	448	583
Coop	82	145	121	400	644	1.392
SCM	3	3	1	10	29	46
Sub Total	92	188	135	485	1.121	2.021
Cons	2	21	27	97	155	302
Total	94	209	162	582	1.276	2.323

Fonte: Banco Central, 2010

A região Sudeste se destaca por possuir 54,93% (1.276) de todas as instituições bancárias existentes no Brasil. Verifica-se também, a importância das Cooperativas de Crédito para o seu quantitativo geral, representando 50,47% das instituições.

Na tabela 8, apresenta-se a distribuição das agências bancárias dos quatro principais bancos⁸ nacionais, comerciais e múltiplos, por Estado o que acaba por evidenciar as suas respectivas áreas de atuação.

O BB é o principal banco nacional atualmente, possuindo 35,22% das agências dos grandes bancos, seguido do Itaú Unibanco, do Bradesco e da CEF, com 25,67%, 24,36% e 14,76%, respectivamente. O estado de São Paulo possui o maior número de agências bancárias, com

⁸ Os quatro principais bancos comerciais no Brasil, por ordem de número de agências, são: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander. Optou-se por excluir Santander e adicionar Caixa Econômica Federal pelo papel desenvolvimentista deste banco.

32,20% do total nacional. Minas Gerais e Rio de Janeiro, consecutivamente, possuem 10,45% e 9,77%, completando os três estados com maior número de agências.

Tabela 8 – Número de agências bancárias por estado dos quatro grandes bancos nacionais, Brasil, 2010.

Estado	BB	Itaú Unibanco	Bradesco	CEF	Total de Ag.
AC	18	2	5	6	31
AL	61	12	12	26	111
AM	37	17	62	18	134
AP	14	4	5	4	27
BA	307	73	217	93	690
CE	145	35	95	48	323
DF	97	48	37	45	227
ES	90	36	42	53	221
GO	148	184	121	64	517
MA	98	11	69	26	204
MG	464	465	308	241	1478
MS	78	24	62	23	187
MT	99	27	67	24	217
PA	102	29	52	31	214
PB	86	13	23	27	149
PE	165	71	69	68	373
PI	64	5	8	17	94
PR	307	370	202	147	1026
RJ	282	608	305	186	1381
RN	75	15	16	23	129
RO	41	8	21	11	81
RR	8	3	3	2	16
RS	353	159	179	193	884
SC	380	97	145	97	719
SE	44	6	13	18	81
SP	1377	1302	1290	584	4553
TO	40	5	16	12	73
Brasil	4980	3629	3444	2087	14140

Fonte: Banco Central, 2010

O crescimento econômico comunitário e a inserção nos sistema bancário não estão ligados exclusivamente à pulverização do crédito. Conforme apresenta Toscano (2010), não é crível que, apenas pelo acesso ao crédito, o enorme contingente de excluídos que vivem na

informalidade possa garantir seu sustento e consolidar suas estratégias de sobrevivência de forma sustentável no longo prazo.

As estratégias de desenvolvimento local, de acordo com Toscano (2010, p. 4), repousam sobre inúmeros outros fatores, dentre os quais sublinha-se:

- a) a retenção das rendas no local em que as pessoas residem e constroem suas relações socioeconômicas e culturais;
- b) a disseminação do associativismo/cooperativismo, ou de outras formas de cooperação, como estratégia de inserção produtiva e sustentável no mercado de bens e serviços;
- c) a presença de políticas públicas, principalmente as estruturais, das quais o crédito é apenas uma dentre muitas;
- d) o domínio, o controle ao apossar-se de forma cidadã dos instrumentos e mecanismos voltados à recuperação da autoestima e da construção de um ambiente comunitário emancipado;
- e) a legítima construção de novas institucionalidades capazes de coadjuvar as iniciativas e a força criativa da comunidade;
- f) o acesso a todos os meios de comunicação/informação que objetive “globalizar”, de forma humanizada, o espaço local.

Quando comparado os BCDs com os Bancos comerciais é possível verificar que se destacam alguns aspectos que, conferem originalidade aos Bancos Comunitários, de acordo com Passos (2007), no campo onde atuam, dentre os quais a construção conjunta de oferta e demanda e a hibridação de economias.

[...] o objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual (em regimes de mercado supostamente auto-regulado) entre a produção e o consumo (pelos seus efeitos danosos muitas vezes em termos sociais...) e o estímulo à livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a afirmação do conceito de *prossumidores* (FRANÇA FILHO, 2007 *apud* PASSOS 2007, p. 67)

O elemento fundamental que, de acordo com Passos (2007), irá caracterizar a rede é a integração de consumidores e produtores, formando assim uma rede de “prossumidores”. No caso dos Bancos Comunitários, utiliza-se a metodologia do mapeamento de consumo e produção, para, a partir dele, constituir a rede, considerando o que é consumido pela comunidade, o que é produzido e os potenciais negócios. Uma parte do excedente deve ser reinvestido na própria rede para a geração de outros empreendimentos para atender as necessidades dos participantes da rede. O sistema da rede não é só composto de consumo, produção, devendo também incluir comércio e crédito solidário, sendo os dois últimos elementos, normalmente, os mais difíceis de concretizar. A comercialização e o acesso ao crédito são, de fato, os maiores desafios enfrentados pelos EESs. Por este motivo, o Banco Comunitário deve ser entendido enquanto componente fundamental de uma rede local de Economia Popular e Solidária, sendo ele próprio um instrumento de desenvolvimento econômico.

Para alcançar a população excluída do crédito, para Toscano (2010) o segmento dos “bancos populares” é o que mais se aproxima deste desafio. Pois, pelas limitações legais existentes, não pode utilizar os instrumentos financeiros desenvolvidos pelas instituições de mercado, com o objetivo de consolidar e dar sustentação às suas atividades. Mesmo as cooperativas de crédito que podem fazer uso de alguns desses instrumentos e têm um caráter distinto das instituições de crédito voltadas à lucratividade privada, pois, mutualistas, atendem um universo restrito e não necessariamente estão vocacionadas para cumprir funções voltadas ao desenvolvimento local, embora não se possa negar que sua ação contribua em certa medida para isso.

Dessa forma, como o BCD possui o foco no território, a questão do crédito fornecido é baseada dentro do campo das finanças solidárias operando com créditos subsidiados, com microcrédito produtivo orientado, assim como fomentando a criação de grupos solidários. Melo Neto Segundo e Magalhães (2006, p. 35) destacam que:

- 1 – O BCD trabalha com crédito e não com doação financeira.
- 2 – A oferta de crédito não é focal neste ou naquele segmento.
- 3 – O sistema de crédito do BCD deve estar inserido no campo das finanças solidárias.

Ainda de acordo com esses autores, o sistema de crédito do BCD deve apresentar as seguintes características:

- 1 – Os juros devem estar abaixo dos juros de mercado
- 2 – O sistema de crédito Montado deve ser justo e tratar os desiguais, desigualmente.
- 3 – A propriedade e controle do sistema de crédito devem ser da comunidade.
- 4 – O sistema de crédito deve alimentar uma rede local de produção e consumo.
- 5 – Para análise de crédito devem ser criados outros instrumentos de verificação da confiabilidade do “cliente” para além dos tradicionais instrumentos do capitalismo. Por meio das relações comunitárias são realizadas as avaliações cadastrais, valendo-se da condição que nenhuma comunidade é tão pobre que não possa gerar sua própria riqueza.

Os BCDs, no que diz respeito à inadimplência, se diferenciam das práticas dos bancos comerciais, uma vez que definem os mecanismos de cobrança de forma clara, buscam compreender a fonte geradora da inadimplência e visam a conscientização social do impacto negativo gerado ao BCD, caso o empréstimo não seja honrado

O Quadro 1 apresenta os principais BCDs em atividade, revelando seus nomes, as localidades em que atuam, a moeda social e a entidade responsável pela execução. Até o período da pesquisa, foi observado que 84,61% dos bancos estão localizados na região Nordeste do país, o que tem forte relação com o fato da região ser a que mais possui EES do Brasil.

Pode-se verificar que cerca de 73 %, ou seja, 19 dos 26 BCDs identificados, estão localizados no estado do Ceará, ao qual possui um política de apoio e difusão dos BCDs, contando com o auxílio e a metodologia do Banco Palmas e toda a sua experiência no processo nacional da EPS. No entanto, este Estado possui apenas 2,28% do total nacional das agências referentes aos quatro principais bancos comerciais.

Banco Comunitário	Município	UF	Comunidade de Atuação	Moeda	Entidade Responsável pela Execução
Eco-Luzia	Simões Filho	BA	Santa Luzia (500 hab)	Eco-Luzia	Assoc. dos Mor. De Santa Luzia
Palmas	Fortaleza	CE	Conj. Palmeira (30.000 hab)	Palmas	Assoc. Dos Mor. Do Conj. Palmeira
Empreendedores de Maranguape	Maranguape	CE	Sapupara (3.000 hab)	Pratas	CREDMACIÇO - Ong
Bassa	Santana do Acaraú	CE	Todo o Município (26.000 hab)	Santana	Forum dos Assent. De Santana do Acaraú
Serrano	Palmácia	CE	Todo o Município (10.000 hab)	Palmeira	Assoc. para o Desenv. Sust. De Palmácia
Paju	Maracanaú	CE	Pajuçara (40.000 hab)	Maracaná	Conselho Comunitário de Pajuçara
Dos Artesões	Irauçuba	CE	Missi (3.000 hab)	Ta	Assoc. dos Artesãos do Missi
De Desenvolvimento de Beberibe	Beberibe	CE	Todo o Município (18.000 hab)	Ab	Assoc. dos Assentados de Beberibe
PAR	Paracuru	CE	Boa Esperança e Riacho Doce	Par	Assoc. Banco Par de Desenv. E Econ. Solidária
BEM	Vitória	ES	Bairro da Penha, São Benedito e Itararé	Bem	Assoc. de Artesãos Ateliê de Idéias - Artideias
Terra	Vila Velha	ES	Bairro Vermelho (10.000 hab)	Terra	Movive
PIRAPIRÊ	Dourados	MS	Todo o Município (180.000)	Pirapirê	Mulheres em Movimento
Quilombolas de Alcântara	Alcântara	MA	Todo o Município	Guara	Associação Comunitária
Rubem Berta	Porto Alegre	RS	Bairro Rubem Berta	Rubi	Associação dos Moradores
Arte palha	Palhano	CE	Abrange uma localidade de 8.700 hab	Castanha	Associação dos Artesãos de Palhano
Feiticeiro	Tamboril	CE	Sede do Município	Acaraú	Federação das Associações de Tamboril

Quadro 1 - Continuação

Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	CE	Sede do Município	Serra	Coop. De Agricultores de Monsenhor Tabosa
Bansol - Banco Solidário	Madalena	CE	Macaoca	Sol	Associação Comunitária Antonio Conselheiro
Serra Azul	Ibaretama	CE	Sede do Município	Ibaré	Associação Com. Dos Moradores de Oiticica
Ocardes	Ocara	CE	Sede do Município	Tupi	Ass. Comunitária Ocareense de Com. E Cultura
Sertanejo	Choro	CE	Sede do Município	Sabiã	Instituto de Desenvolvimento do Choró
Padre Quilano	Caridade	CE	Campos Belos	Caribelos	Associação Cristã do Açudinho
Juazeiro	Ibaretama	CE	Distrito de Juá	Cactos	Ass. De Jovens Emp. De Juá - AJE
Amizade	Ibaretama	CE	Bairro Juazeiro	Cactos	Ass. Comunitária do Bairro Cruzeiro
Tremembé	Itarema	CE	Almofala	Ita	Comunidade Indígena de Almofala
Beira-Rio	João Pessoa	PB	São José	Rial	s.i.

Quadro 1 - Bancos Comunitários, localização, moedas e grupos responsáveis, Brasil, 2008.

Obs: si. Sem informação

Fonte: CORDEL, 2009

Os BCDs, em um caráter geral, possuem, de acordo com França Filho e Silva Junior (2009), uma utilidade social residindo no fato de constituir-se como organização radicalmente distinta de outras. Seu modo de atuar no território, baseado em relações de proximidade e mobilizando alguns valores e princípios como exigências básicas para a sua prática, tais como a confiança mútua, a participação cidadã ou os mecanismos de solidariedade redistributiva, marcam sua singularidade enquanto organização.

Com base no Cordel (2009), os BCDs atuam em quatro esferas básicas de localização, bairros, municípios, distritos municipais e comunidades, diferentemente dos bancos comerciais que atuam de maneira global. Bancos como Palmas, Terra, Bem e Rubem Berta atuam em bairros; os bancos Bassa, Cocais, Alcântara e Pires atuam em municípios. Enquanto que, os bancos Paju e Bancart em distritos municipais, e o banco Eco Luzia, é o único que vem atuando em comunidade propriamente dita.

Quando observado o BCD dentro das classificações dos bancos oficialmente regulamentados, pode-se verificar há uma fusão das classificações pois, o BCD atua com funções de banco comercial, múltiplo, de desenvolvimento e de investimento, porém, possui também algo que nenhum desses outros tipos de bancos possuem, a comunidade ao qual atuam como proprietários e foco das ações do BCD.

De acordo com Ushizima (2010), as taxas de juros praticados pelos bancos comunitários são bastante inferiores às taxas de mercado e suas linhas de crédito são compatíveis com a capacidade de endividamento de cada cliente. Confirma-se na Tabela 9, que os bancos públicos possuem taxas de crédito menores que os bancos comerciais, porém, os seus PPFs⁹ não seguem a mesma linha. As taxas de créditos observadas são referentes à abertura de crédito para Pessoa Física (PF) e para Pessoa Jurídica (PJ).

Tabela 9 – Principais instituições, número de agências e taxas e valores de serviços, Brasil, 2010.

Instituições	Nº de ag.	PPF mensal (R\$)	tx de cré. PF (%)	tx de cré. PJ (%)
Banco do Brasil	4.980	13,00	2,53	1,76
Itaú-unibanco	3.629	10,50	4,07	2,51
Bradesco	3.444	14,50	4,48	2,59
CEF	2.087	15,00	2,30	1,58

Fonte: Banco Central, 2010

Elaboração do autor.

No caso dos BCDs, o Quadro 2 apresenta as linhas de crédito do Banco Palmas, que como principal referência, terá suas taxas utilizadas como base.

Linha	Valor	Taxa de Juros (%)	TAC* (%)
Crédito Produtivo	Até R\$ 1.000,00	2	2,90
	Até R\$ 2.000,00	3	
	Até R\$ 3.000,00	3,50	
	Até R\$ 5.000,00	4	
Crédito para Consumo em Palmas	Até 300 Palmas	sem juros	1
Crédito consignado	Até 300 Palmas	sem juros	1

Quadro 2 – Linhas de crédito oferecidas pelo Banco Palmas

Observação – Taxa de Abertura de Crédito

Fonte: Passos (2007, p. 87)

⁹ PPF – Pacote Pessoa Física

Diferentemente dos bancos comerciais, o crédito oferecido pelo Banco Palmas é baseado no microcrédito, logo, os valores a serem disponibilizados são inferiores aos ofertados pelos comerciais. Verifica-se que existe um incentivo a busca pelo crédito em moeda social local, pois as taxas de juros são inferiores aquelas cobradas em moeda nacional.

De acordo com Passos (2007), o Crédito Produtivo oferecido não financia somente a produção, mas também os setores de comércio e de serviços. Os recursos são captados junto ao Banco Popular do Brasil, a juros de 2% a.m. Formalmente, os contratos feitos com os recursos do Banco Popular do Brasil são sempre a 4% de juros a.m. e o Banco Palmas devolve ao cliente a diferença, conforme a faixa de empréstimo. O Crédito que é fornecido para consumo em moeda Palmas pode ser dividido em até três vezes e é solicitado, principalmente, para fins emergenciais. O Crédito Consignado em moeda Palmas pode ser usado para qualquer fim (produção ou consumo) e pode ser acessado por qualquer empresa do bairro que tenha funcionários, sendo descontado diretamente na folha de pagamento do mesmo, ou seja

O funcionário solicita o empréstimo diretamente ao Banco Palmas, mas é necessária a autorização da empresa (através de guia específico emitido pelo Banco), que efetua o pagamento junto ao Banco. Quanto ao custo do crédito, cabe esclarecer que a Taxa de Abertura de Crédito (TAC) incide sobre o valor bruto da operação, somente uma vez; já os juros, são mensais e simples. (PASSOS, 2007, p. 87)

A facilidade para o acesso as moedas sociais, por meio dos BCDs, visa propiciar a ampliação do tempo de circulação de riqueza dentro da comunidade, o que costuma ser muito difícil de ser alcançado apenas com a moeda nacional, uma vez que as pessoas, por diversos fatores, tenderiam a consumir produtos que são produzidos na própria comunidade em outros bairros ou localidades.

4.2 MOEDAS SOCIAIS X MOEDA NACIONAL

O equívoco mais comum, em se tratando de relações financeiras, é de reduzir a moeda a sua capacidade instrumental de pagar, de contar ou de conservar os valores econômicos. A organização monetária é então considerada como puramente contratual. Ora, a moeda está intrinsecamente ligada à dívida, à obrigação, ou seja, a interligação que define quem são os

sujeitos em tal ou qual sociedade. Para além de um simples papel de mediador das trocas, de acordo com França Filho e Silva Junior (2009), a moeda social deve ser compreendida como mediação social e como relação ao grupo como um todo.

Tanto as moedas nacionais quanto as sociais buscam em elementos históricos e ou culturais, da localidade em que circularão, meios para ampliar a aceitação da moeda. Essa estratégia é baseada no fortalecimento da identidade do grupo envolvido, visto que, algumas moedas recebem nomes e ou imagens, na sua estrutura física, que remetam a esses elementos.

O fortalecimento da identidade do indivíduo com a comunidade, no caso das moedas sociais, é o um fator de extrema importância para possibilitar o chamado comércio justo ao qual, pode ser caracterizada como redes de organizações envolvendo consumidores e produtores em diferentes esferas que interagem no desenvolvimento de um outro padrão de trocas econômicas, construindo uma solidariedade a nível internacional, refletindo certas preocupações em torno das possibilidades de instauração de uma regulação internacional fundada sobre novas relações econômicas e comerciais.

O comércio justo envolve, então, tanto uma dimensão sócio-econômica, quanto uma dimensão sócio-política, de acordo com França Filho (2006). Do ponto de vista sócio-econômico, o comércio justo supõe atividades de trocas comerciais que podem ser mais ou menos abertas sobre a economia de mercado (o caso de distribuição varejista), assim como, bastante variada no que diz respeito ao volume de transações. No campo sócio-político, as práticas do comércio justo redefinem a consciência em relação às conseqüências do ato de consumir.

Dessa forma, a Moeda Social ganha destaque quando comparada a moeda nacional, pois, ela deixa de ser apenas um elemento de troca, tornando-se um elemento capaz de modificar as relações de consumo dentro de uma determinada comunidade, através dos objetivos intrínsecos a ela.

Este campo de experiências aparece assim atravessado por uma tensão entre lógicas distintas, e conforme França Filho e Passos (2008)

(..) remetem ao problema do conflito opondo, de um lado, certos imperativos funcionais (impostos pela necessidade de aumento das vendas dos produtos como

consequência da sua entrada no mercado varejista da grande distribuição capitalista por parte de algumas experiências) à necessidade, por outro lado, de afirmação do sentido do projeto de comércio justo pela sua contribuição com a mudança nas condições de injustiça da realidade do comércio mundial - numa perspectiva de conscientização do consumo. Esta tensão será mais ou menos aguda segundo o caráter próprio a cada iniciativa neste âmbito de práticas. (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2008, p. 25)

As comunidades também sofrem com as oscilações do Real, assim como a moeda nacional sofreu ao longo do seu trajeto no processo de estabilização da inflação, isso ocorre porque a intenção da moeda não é competir com a moeda nacional, e como apresenta Barreto (2009), as moedas sociais têm paridade com a moeda oficial. Para cada moeda social em circulação, o banco social tem um Real guardado em caixa. Isso garante que as moedas sejam lastreadas em reais e mantém os bancos dentro da lei que restringe a emissão de dinheiro ao BACEN.

Ao invés de pagar em reais, o consumidor usa a moeda social em circulação no seu bairro ou cidade. No comércio local, ele ganha desconto ao pagar com esse dinheiro. Já o comerciante pode desfazer a troca no banco social, se tiver necessidade de fazer compras fora da comunidade. “Com isso, a riqueza fica dentro do bairro, pois o pagamento em moeda social não tem valor fora dali”, observa Barreto (2008, p. 1)



Figura 1: Moeda Social Palmas

As moedas criadas, de acordo com Melo Neto Segundo (2006, p. 25), possuem algumas características que a distinguem da moeda oficial:

1 – O circulante local (ou moeda social) tem lastro na moeda nacional, o Real (R\$). Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em Real;

2 – As moedas são confeccionadas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação;

3 – A circulação é livre no comércio local e geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto patrocinado pelos comerciantes para incentivar o uso da moeda no município / bairro;

4 – Qualquer produtor / comerciante cadastrado no banco comunitário pode trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro.

De acordo com Passos

(...) não é possível implantar um processo de desenvolvimento socioeconômico em bairros populares sem estabelecer um estreito vínculo entre a Economia Solidária e a economia capitalista. Assim, o Banco Comunitário deve também disponibilizar um sistema de câmbio, para que, a depender de sua necessidade, o cliente possa trocar as suas moedas (circulante local em Reais e vice-versa). (PASSOS, 2007, p. 66)

Desta forma a parceria entre Estado e comunidade, possibilita empréstimo dos Bancos Estatais aos Bancos comunitários, com baixas taxas de juros (geralmente a 1% a.m.) com a finalidade de sustentar a moeda e o seu lastro. O banco comunitário empresta esse mesmo dinheiro a pessoas que desejem investir em um negócio próprio a taxa de juros entre 1,5% a.m. a 3% a.m., o *spread* gerado é o sustento do banco, visto que em empréstimos pessoais não são cobrados juros.

Dessa forma, de acordo com Passos (2007), a moeda social circulante local é o principal instrumento utilizado para promover o desenvolvimento econômico local, garantindo que a riqueza seja gerada na comunidade. Ela pode desempenhar a função de instrumento de troca em uma feira solidária, ou ir além, fazendo com que os recursos “circulem” localmente, gerando emprego e renda, e beneficiando os produtores locais. Destaca-se que o circulante local não se limita ao aspecto econômico, contribui também, com o processo de capacitação, organização e empoderamento da comunidade, ou seja, criando mecanismos para que o ciclo fechado da moeda dentro da comunidade possa forçar a criação de riqueza dando benefícios aos envolvidos a consumirem dentro da própria comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico da EPS e a sua própria caracterização permitem verificar que, de fato, existe outra economia atuando, embora, ainda não totalmente consolidada. Compreender e destacar a dinâmica da sua atuação tem sido um propósito cada vez mais presente na sociedade em busca da maior eficiência do seu objetivo que, mesmo que imperceptível aos olhos de alguns, trazem resultados positivos aos excluídos do sistema tradicional.

Tal situação ocorre, não apenas por falta de acesso ao crédito e de mecanismos que possibilitem a re-inclusão social financeira da comunidade, visto que se busca uma nova forma de produção com os condicionantes da EPS. As estruturas bancárias existentes até então não conseguiram exercer o seu papel de agentes de financiamento, dificultando o acesso ao sistema bancário de diversas pessoas da população que, de forma explícita, até hoje, contribui para a marginalização social do crédito.

No Brasil, foram registrados 21.859 EES no ano de 2009, na região Nordeste com 9.396 empreendimentos desta natureza no ano de 2009. Nesta mesma região é onde se encontram maiores presenças dos BCD, a exemplo do estado do Ceará, onde se tem 19 BCDs.

Assim, a presença ativa de BCDs e suas respectivas moedas sociais, mesmo sendo recentes, demonstram grande potencial de desenvolvimento socioeconômico dentro das comunidades e localidade em que atuam, pois, trabalham no espaço não preenchido pelos grandes bancos, possibilitando crédito e renda aos envolvidos através das atividades fomentadas.

Para além das relações comerciais, o BCDs e a Moeda Social, representam uma identidade comunitária, aos quais, os envolvidos agem como gestores zelando pela qualidade da utilização dos benefícios proporcionados e, ao mesmo tempo, simples usuários.

Essa caracterização permite observar que, os chamados bancos comerciais privados não possuem atingem plenamente, com os seus serviços, as camadas mais populares, o que é feito pelo BCD. Enquanto a Moeda Nacional é utilizada basicamente como meio de troca, a Moeda Social surge como um instrumento capaz de ter a mesma funcionalidade da Moeda Nacional, porém, é acrescida de um intenso papel social comunitário.

REFERÊNCIAS

ARROYO, João C. Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sobre a instituição**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SOBREBC>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

BARRETO, Fernanda. **Moeda Social substitui dinheiro e estimula desenvolvimento local**. 12 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3918>. Acesso em 29/06/2009.

BITTENCOURT, Gilson ; MAGALHÃES, Reginaldo ; ABRAMOVAY, Ricardo. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. **Pesquisa & Debate** (Online), v. 16, p. 203-248, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 10 de mai. 2010 a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Histórico**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp>. Acesso em: 10 de mai. 2010 b.

CORDEL/BANCO DO NORDESTE. **Sondagem das experiências de moedas alternativas em curso no Brasil**. Centro de Estudos Para o Desenvolvimento Local. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=932&Itemid=216> Acesso em: 25/05/2009.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999.

DIEESE. **Anuário sistema público de emprego, trabalho e renda: economia solidária, Proger e Juventude**. São Paulo, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A economia popular e solidária no Brasil In: França Filho, G., Laville, J., Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária- uma perspectiva internacional**. Porto Alegre-Salvador: EDUFRGS/EDUFBA, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. . Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação. WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, 5. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; PASSOS, Ósia A. V. D.. Microfinanças, Microcrédito e Comércio Justo. In: GESTÃO do Desenvolvimento e Cultura. Salvador: UFBA, UNB-CEAD, UFLA, UFMT, INEPAD, 2008

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. ; SILVA JÚNIOR, J. T. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Coimbra, 2009, v. , p. -.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análises & Dados: Salvador, SEI, Vol 12, n. 01. p.9-19, jun 2002.

KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, v. 1, p. 13-26, 2007.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Dimensões educativas da economia solidária: potencialidades e contradições do trabalho autogestionário . **Cadernos do CEAS**, n. 203, p. 9-24, 2003.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 189, p. 51-68, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres Ricas Soluções**: Banco Palmas Ponto a Ponto. Fortaleza: Ed. Expressão Gráfica, 2008

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: Uma Rede Sob Controle da Comunidade. Fortaleza: Ed. Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **O Poder do Circulante Local** : A Moeda Social no Conjunto Palmeira. Fortaleza: Ed. Expressão Gráfica, 2005

NUNES, Ruth E. S. Souza. A nova economia das redes solidárias. **Jornal de Economistas do Estado do Rio de Janeiro**. Setembro 2001. Disponível em:

<http://74.125.47.132/search?q=cache:sSv7U8l2l1YJ:www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/ruth_redesolidarias.pdf+como+surgiu+a+moeda+social&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a> Acesso em: 25/05/2009

PASSOS, Ósia A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários**: conceito, características e sustentabilidade. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PRAXEDES, Sandra Fae. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. Mercado de Trabalho : **conjuntura e análise**, v.14, n.39, maio 2009, p. 57-62.

SILVA JUNIOR, Jeova Torres . Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**, v. 1, p. 1-18, 2007

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Claudia Lucia Bissaggio. **Moeda social**: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades. Disponível em:
<<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Moeda%20social%20um%20conceito,%20uma%20proposta%20de%20tipologia,%20limit%E2%80%A6.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2009

SOUZA, Jose Carlos Moraes. Economia solidária: A construção de um conceito a partir da prática. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.218, p. 53-66, 2005.

TOSCANO, Idalvo. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário**. 3 de junho de 2004. Disponível em: <www.polis.org.br/download/27.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

USHIZIMA, Larissa Yuri. **Acesso ao Sistema Financeiro**: alternativas à exclusão - o caso dos Bancos Populares. 16 de julho de 2008. Disponível em
<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=775&Itemid=216> Acesso em 20 de abril de 2010.